

ESPECIAL
25 ANOS
1998 | 2023

Palácio Nacional de Queluz
18 OUTUBRO

*Pedra
& Cal*

Conservação & Reabilitação



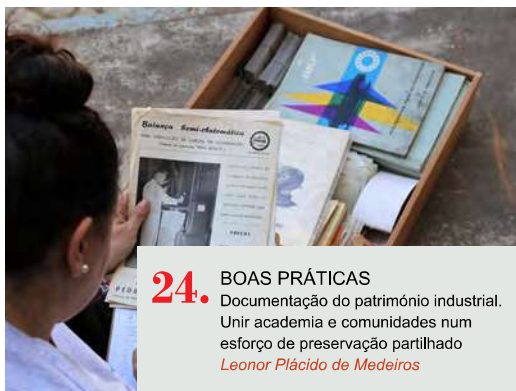
**PATRIMÓNIO
E COMUNIDADE**



08. BOAS PRÁTICAS
Dar novos lugares aos lugares. Desenvolvimento e recuperação de património fora dos centros urbanos
Luísa Mateus, Susana Lainho



20. BOAS PRÁTICAS
Um meteorito, a Arca de Noé e a busca pela salvação. A arte do projeto Museu na Aldeia
Gabriela Rocha, Henrique Chaves



24. BOAS PRÁTICAS
Documentação do património industrial. Unir academia e comunidades num esforço de preservação partilhado
Leonor Plácido de Medeiros



38. PATRIMÓNIO EM PERIGO
As construções de falsa cúpula e os brandeiros de Santo António de Vale de Poldros e Avelreira
Antero Leite

02 EDITORIAL
Inês Flores-Colen e Sofia Costa Macedo

04 BOAS PRÁTICAS
O impacto da arqueologia numa aldeia. O exemplo da South-West Archaeology Digs em Safara (Moura)
Mariana Nabais

08 Dar novos lugares aos lugares. Desenvolvimento e recuperação de património fora dos centros urbanos
Luísa Mateus, Susana Lainho

12 De Fenais a Fenais. Museu, Património e Comunidade
João Paulo Constância

16 Os Cuidadores do Património da Rota do Românico
Rota do Românico

20 Um meteorito, a Arca de Noé e a busca pela salvação. A arte do projeto Museu na Aldeia
Gabriela da Rocha, Henrique Chaves

24 Documentação do património industrial. Unir academia e comunidades num esforço de preservação partilhado
Leonor Plácido de Medeiros

32 ESTUDO DE CASO
The relationship between local communities and their heritage. Castro Laboreiro as a case study
Diana Alexandra Simões Carvalho

38 PATRIMÓNIO EM PERIGO
As construções de falsa cúpula e os brandeiros de Santo António de Vale de Poldros e Avelreira
Antero Leite

52 AGENDA

54 ESPECIAL 25 ANOS
A natureza político-administrativa do Património em Portugal
Tomás Mesquita

57 25.º Aniversário da *Pedra & Cal* no Palácio Nacional de Queluz

58 Campanha Associado Júnior+. Se tens 40 anos ou menos, junta-te a nós!

59 Entrevista a Vítor Cóias, sócio honorário, fundador do GECORPA e da *Pedra & Cal*

60 Como será a *Pedra & Cal* daqui a 25 anos? Convidámos alguns amigos para uma expedição ao futuro da revista...

61 Testemunho de Vasco Peixoto de Freitas, sócio honorário e ex-presidente do GECORPA

62 DIVULGAÇÃO

66 COMUNICADO DE IMPRENSA
Casa do Alcaide-Mor, Estremoz. Incúria e más-práticas vão continuar a ser investigadas
Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e Fórum do Património

68 NOTÍCIAS

71 VIDA ASSOCIATIVA

76 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO GECORPA / LIVRARIA

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

N.º 74-75 | 1.º e 2.º Semestres
Janeiro > Dezembro 2023

Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

PROPRIETÁRIO
GECORPA – Grémio do Património



GECORPA
GRÉMIO DO PATRIMÓNIO
Instituição de utilidade pública
(despacho nº 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2ª Série, de 2014-12-10)

www.gecorpa.pt | info@gecorpa.pt
www.pedraecal.org | revista@pedraecal.org

FUNDADOR Vítor Cóias

DIRETORA Inês Flores-Colen

COORDENAÇÃO EDITORIAL Sofia Costa Macedo

CONSELHO EDITORIAL
Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Clara Bertrand Cabral, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, José Maria Lobo de Carvalho, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

COLABORADORES Antero Leite, Diana Alexandra Simões Carvalho, Gabriela Rocha, Henrique Chaves, João Paulo Constância, Leonor Plácido de Medeiros, Luísa Mateus, Mariana Nabais, Susana Lainho, Tomás Mesquita, Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Cóias

REDAÇÃO Daniel Gomes, Lia Nunes

PAGINAÇÃO Fernando Afonso

PRODUÇÃO EDITORIAL Canto Redondo

PUBLICIDADE GECORPA – Grémio do Património

SEDE DO EDITOR / REDAÇÃO
GECORPA – Grémio do Património
Rua Bernardim Ribeiro, 10 A
2700-111 Amadora
Tel.: +351 912 951 176

DEPÓSITO LEGAL 128444/00

REGISTO NA ERC 122549

ISSN 1645-4863

NIPC 503980820

Publicação Semestral

Os textos assinados, incluindo as imagens e as tabelas, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA. É respeitada a ortografia adotada pelos autores.

CAPA: *Mostra Gastronómica – Turismo Cultural nos Fenais da Luz.* © Museu Carlos Machado

Documentação do património industrial

Unir academia e comunidades num esforço de preservação partilhado

Leonor Plácido de Medeiros CHAM e Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Na rapidez das alterações que têm ocorrido nas áreas urbanas nas últimas décadas – num processo histórico milenar de alteração e criação, mas que tem ganho uma velocidade e agressividade novas – o património industrial, aquele que nos foi legado pela sociedade que experienciou as mudanças trazidas pela Revolução Industrial, tem sido um dos mais afectados. A transformação destes lugares, essencial para a renovação e adaptação da cidade aos novos requisitos da sociedade actual, tem, no entanto, sido feita sem a devida valorização dos aspectos históricos, sociais, culturais, tecnológicos, económicos ou ambientais que estes lugares contêm, marcados pela falta de documentação do sítio previamente à sua alteração.

A documentação do património industrial, nas suas componentes móveis, edificadas ou imateriais, é fundamental para prevenir a perda do conhecimento associado - evidência de um período de grande crescimento tecnológico e ainda com vasto potencial científico e económico – e também para fortalecer a identidade e pertença das comunidades associadas, perante um mundo em mutação.

Encontramo-nos assim perante a necessidade premente de realizar a documentação completa e sistemática destes patrimónios, embora ainda sem as estruturas necessárias para o fazer de modo consistente. Associações, instituições, particulares – todos têm endereçado de alguma forma o inventário do património industrial, quer de forma temática ou geográfica, mas não de uma forma integrada. E os métodos de inventariação têm variado, de acordo com o foco e as directivas específicas utilizadas. Ademais, a constante introdução de novas tecnologias e plataformas implica uma actualização e adaptação das metodologias, mas com a devida experimentação e avaliação críticas.

A APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, nas décadas de 1980 e 1990, foi marcante na promoção e desenvolvimento de inventários patrimoniais, em colaboração com diversas entidades e órgãos do



1



2

poder local. Hoje, estes precisam de actualização e expansão, bem como de uma renovação e ampliação das equipas em campo. É nesse sentido que se exploram agora novas abordagens, de carácter colaborativo e aberto à sociedade civil, para a realização de um Inventário Nacional Colaborativo do Património Industrial.

A DOCUMENTAÇÃO COMO UM PROCESSO CHAVE NA CRIAÇÃO DE NOVAS COMUNIDADES PATRIMONIAIS

Neste momento de profunda transformação urbana, em que os espaços de antigamente são eliminados ou alterados para dar lugar a novas infraestruturas – de acordo com novas práticas sociais, necessidades económicas e ambientais, e tendências culturais - a transformação sem documentação prévia significa perda de valores culturais e de potencial social e científico. Os edifícios e os lugares são mais do que pedras e tijolos argamassados, são locais onde a História e as estórias tiveram lugar, são âncoras de memórias de práticas e saberes imateriais, são focos de potencial tanto económico quanto inspiracional para as gerações de hoje e de amanhã. Precisamos assim de uma resposta rápida e colectiva a essa perda, de modo a minimizar o impacto na história e no conhecimento das alterações ao nosso tecido urbano. Essa resposta passa pela documentação do património (fig.1).

Documentação, da palavra em latim “*documentatiōne*”, é o acto e o resultado de documentar, de reunir informações ou documentos sobre algo. É também significado de inventariar, catalogar, ou enumerar minuciosamente. O trabalho de documentação é a base para a preservação

do conhecimento, pois captura informações sobre o passado que, de outra forma, poderiam perder-se ao longo do tempo. Ao preservar-se este conhecimento, as novas gerações podem aprender sobre as suas raízes culturais e história colectiva, e o processo promove a transmissão intergeracional, garantindo que o conhecimento, habilidades e tradições sejam transmitidos dentro e fora da comunidade, preservando a continuidade cultural (fig. 2).

Ao documentar estes elementos, criamos registos que auxiliam na sua preservação e protecção contra a deterioração, o vandalismo ou destruição. Em casos em que o património tenha sido danificado ou perdido, a documentação torna-se inestimável para os esforços de restauro e reconstrução, assegurando uma base de trabalho detalhada e fidedigna.

O processo de recolha e de construção destes documentos, incorpora tanto o pré-existente (como um documento de arquivo ou um objecto caído) quanto o que é criado de novo, como são os desenhos e os textos, as fotos, os modelos tridimensionais, ou as informações gravadas em formato áudio, de entrevistas a paisagens sonoras dos lugares. Este trabalho faz com que o espaço, antigo, receba um novo olhar, e se crie uma nova organização dos seus constituintes, de modo a recuperar e a valorizar os elementos do passado e colocá-los ao serviço do presente e do futuro.

A criação de um documento, que é um registo de informações, possível numa multitude de suportes ou formatos, é um momento também ele histórico, que marca uma nova interação com o lugar. Muitas vezes essa interação é feita por novos actores, como as equipas de

1 | *Trabalhos de preenchimento de ficha de sector, com descrição dos espaços e equipamentos, no âmbito dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval, Muge, Salvaterra de Magos. © Luis Reis, NOVA FCSH*

2 | *Inventariação de documentos, permitindo uma listagem dos materiais contidos nas gavetas de móvel na secção de laboratório da Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval, Muge, Salvaterra de Magos. © Luis Reis, NOVA FCSH*

arqueólogos, historiadores, antropólogos ou arquitetos que interagem com o património construído. Para estes existem estratégias próprias, focadas no olhar científico, de registo da realidade e criação de bases de trabalho para novas fases de vida do edificado. Mas há que promover também a renovada interacção com o lugar, de comunidades que há muito interagem com os sítios, apesar de à distância e de modos mais pessoais.

Colocar a sociedade civil na frente do processo de documentação do património cultural é cada vez mais importante, pelo potencial de produção de ciência-cidadã, apoiando os limitados recursos públicos para o trabalho de inventário e assegurando uma maior rapidez na identificação e salvaguarda dos recursos patrimoniais. A iniciativa cidadã de participação e autonomia na nomeação e protecção do seu próprio património, e do património de áreas onde tem ligações de vida e afectivas, é hoje a chave para as próprias estratégias de valorização e re-uso do património. Com efeitos impactantes no sentimento de pertença do lugar e de potencialização das actividades económicas, cada vez mais as abordagens de iniciativa local são as que mais eficientemente lidam com problemas à escala do bairro e promovem soluções

de integração geracional e apoio social dentro da comunidade (Macedo, 2018).

Quando as comunidades locais desempenham um papel activo na documentação e gestão do seu património, desenvolvem os sentimentos de propriedade e orgulho na sua identidade cultural. Isso capacita-os a partilhar as suas histórias e tradições, nos seus próprios termos. Ao documentar o seu próprio património, garantem que este seja representado de forma precisa e autêntica, garantindo que o conhecimento valioso que detêm do património imaterial, como práticas tradicionais, rituais, línguas e histórias orais, seja protegido para as gerações futuras, participando nessa passagem e transferência de conhecimento. Dado que são os locais que têm acesso a detalhes e percepções que os investigadores externos poderiam ignorar, são elementos fundamentais neste processo de registo e interpretação, não numa perspetiva de meros informadores, mas sim de participantes no processo (Atalay, 2012). A colaboração com investigadores externos, promove a aprendizagem mútua e a troca de conhecimentos, abrindo novas perspectivas a todos os envolvidos e

contribuindo para a construção de capacidade nas comunidades locais.

As comunidades locais têm maior probabilidade de se empenharem na preservação e conservação do seu património quando participam activamente na sua documentação. Num processo já plenamente desenvolvido pelo referente em interpretação de património, Freeman Tilden (1957), a compreensão leva à apreciação pelo sítio, e através desta leva à protecção dos lugares. Assim, não só se tornam defensores da sua protecção e gestão sustentável, como também ficam mais bem-adaptados para este contexto de rápida mudança, compreendendo como o seu património evoluiu ao longo do tempo e como pode adaptar-se a novas circunstâncias, tornando-o mais relevante e resiliente perante desafios.

A documentação torna-se assim um empreendimento partilhado que une as pessoas para celebrar o seu património, revendo as noções hierárquicas do que significa ser especialista e abrindo espaço para outras estruturas de conhecimento. As comunidades, com o seu

conhecimento específico sobre os lugares e seus significados, elementos das suas dinâmicas diárias, devem tornar-se participantes das tomadas de decisão e contribuir na implementação de estratégias sobre como o seu património é gerido, conservado e apresentado ao público, de forma dinâmica e proactiva.

Em resumo, as comunidades locais desempenham um papel vital na preservação e promoção do seu próprio património. O seu envolvimento activo na documentação assegura que o património seja documentado de forma holística, abrangendo tanto os aspectos tangíveis como os intangíveis. E capacita as comunidades a assumir o controlo da sua narrativa cultural, fomentando uma apreciação mais profunda do seu património e contribuindo para uma compreensão mais inclusiva e autêntica da diversidade cultural.

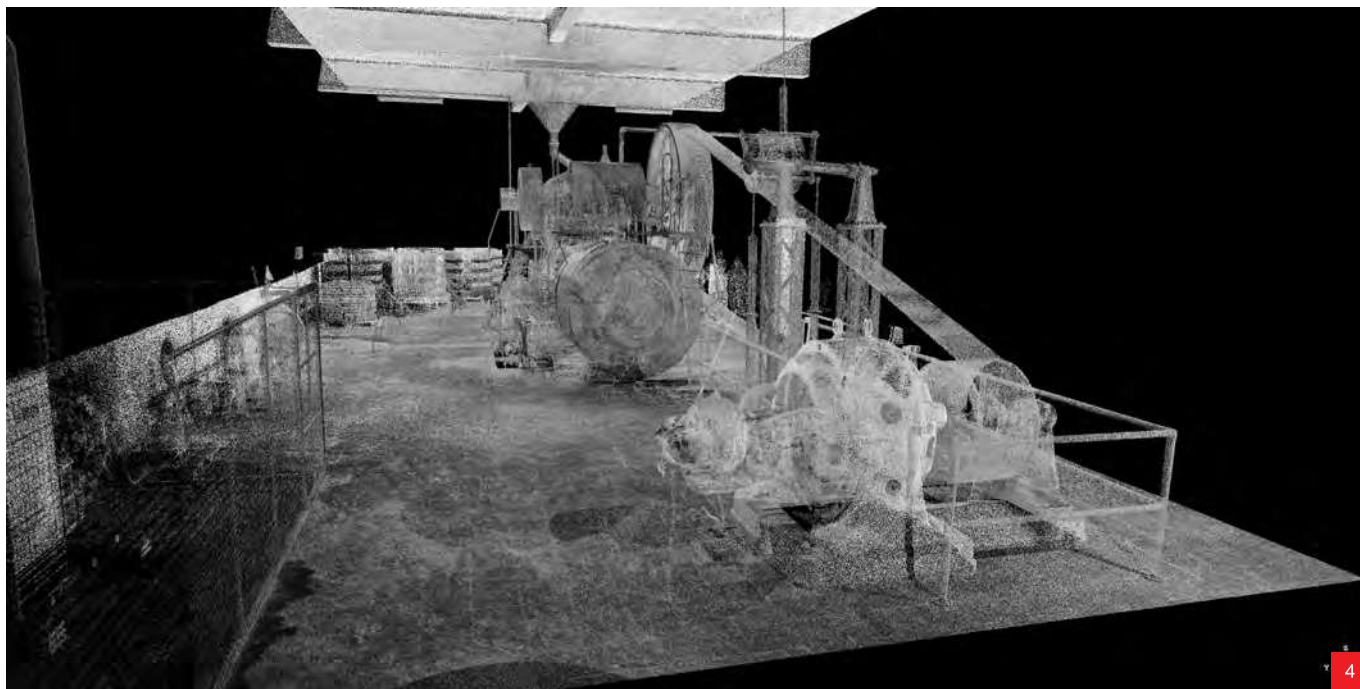
Para isso precisamos de continuar a desenvolver ferramentas colaborativas bem como de providenciar conhecimentos e recursos para participarem activamente na preservação e compreensão do seu património. Isso passa pela criação de acções de formação e *workshops*, com materiais educativos e contacto com experiência prática de documentação. Convidando à participação não só especialistas na história local, mas também técnicos nas abordagens e tecnologias propostas, bem como outras entidades que conhecem o território e as áreas a documentar. Deve-se para isso fomentar redes e parcerias com instituições académicas, museus, associações de património e outras partes interessadas relevantes, de modo a assegurar representatividade e aumentar a relevância das intervenções (Garcia-Fernandez e Medeiros, 2019) (figs. 3 e 4).

Para esta actividade poderá ser necessário facilitar o acesso a tecnologia relevante, como câmaras, gravadores de áudio, *scanners* 3D e ferramentas de cartografia digital, que podem ajudar na documentação de artefactos e locais do património industrial. Colocar estes recursos à disposição da comunidade facilitará o seu envolvimento activo no processo de documentação. Para tal, salienta-se de novo a importância de parcerias e o trabalho colaborativo, de modo a facilitar esse acesso.

Igualmente dever-se-á estabelecer plataformas digitais e arquivos para armazenar e partilhar a informação documentada com a comunidade e o público em geral. Disponibilizar fácil acesso aos resultados da documentação



3 | Explicação, demonstração e experimentação do processo de documentação por scanner-laser da sala da máquina a vapor da Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval, Muge, Salvaterra de Magos.



4 | Vista da nuvem de pontos resultante do varrimento laser realizado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa na sala da máquina a vapor.

irá capacitar os membros da comunidade, permitindo-lhes também ver o impacto das suas contribuições e o alcance dos projectos em que participam.

FORMAÇÃO E ENSINO EM PROJECTOS COM A COMUNIDADE

São de salientar e fortalecer os projectos de carácter prático promovidos no meio académico, promovendo não só a formação em contexto de trabalho, e em projectos promovidos pela comunidade, mas também o cruzamento entre disciplinas.

A NOVA FCSH, no âmbito da licenciatura em Arqueologia, tem, ao longo dos últimos anos, colaborado com diversos actores da sociedade civil para desenvolver projectos complementares no âmbito da formação, da investigação e da salvaguarda patrimonial. O protocolo estabelecido com a APAI permitiu não só uma aproximação dos alunos ao arquivo excepcional da associação, mas também a vários dos seus especialistas associados. Também no âmbito desse protocolo, foram desenvolvidos diversos projectos de levantamento e inventariação de património móvel e imóvel, em projectos promovidos pelos proprietários e pelos executivos municipais (figs. 5 e 6).

Os trabalhos desenvolvidos na fábrica de descasque de arroz da Casa Cadaval, em Muge, contaram com uma equipa mista, de arqueólogos e arquitectos, de duas universidades

distintas, explorando meios de documentação tradicionais (como o desenho e mapeamento feito à mão) e também o uso de novas tecnologias (como a fotogrametria e o varrimento laser), que foram usados complementarmente para registar a fábrica e os equipamentos (Medeiros 2019). Apostou-se aí também numa forte integração com a comunidade, pela promoção de visitas guiadas e dias abertos durante as duas semanas de trabalhos no local, bem como a criação e dinamização de plataforma de comunicação nas redes sociais, com fotos e textos produzidos pelos vários membros da equipa (Medeiros e Fernandez, 2020).

Esta cooperação entre disciplinas tornou-se comum, e surgiram também projectos em que a arqueologia surge como apoio ao projecto de arquitectura. Tome-se como exemplo os trabalhos de arqueologia decorridos na Escola Camões, no Entroncamento, num bairro ferroviário icónico¹, que promoveram o contacto com as abordagens da arqueologia da arquitectura e a execução de uma biografia do edifício e sua envolvente, com o apoio dos antigos alunos e funcionários (fig. 7).

Já no caso dos trabalhos na fábrica de lápis VIARCO², os alunos contactaram de perto com uma indústria viva, em laboração, e com os trabalhos de inventário de maquinaria, património móvel integrado. Este projecto, dinamizado pelos proprietários e com o apoio do executivo municipal do concelho, constituiu uma intenção concreta de ter o trabalho de documentação

como suporte para a valorização patrimonial, interpretação e salvaguarda do sítio e do seu património, perante as mudanças tecnológicas e a adaptação da nova fábrica aos requisitos dos dias actuais (fig. 8).

Salienta-se serem projectos em que o interesse na documentação parte das comunidades e proprietários, querendo salvaguardar e valorizar o seu património, uma intenção que encontra eco no meio académico e põe em acção actividades de investigação colaborativas, que acabaram por forjar ligações afectivas e intelectuais, colocando assim esses sítios numa melhor posição de preservação, divulgação e valorização. A experiência de profissionais e investigadores de várias áreas, bem como a energia e a curiosidade dos alunos, ajudaram a comunidade a revelar as histórias e a promover o seu património. Os documentos criados, bem como as novas ligações entre pessoas que foram geradas, constituem uma protecção e uma continuidade histórica essencial para a salvaguarda destes locais, assegurando a sua continuada relevância nos dias de hoje.

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL – UMA METODOLOGIA “FAÇA-VOCÊ-MESMO”

O inventário do património cultural tem sido feito de maneiras muito diferentes ao longo do último século. Saliente-se que a maioria dos trabalhos de inventário do património industrial não têm sido feitos por uma entidade



5



6

5 | Trabalho de registo e arqueologia da arquitectura por alunos da licenciatura em arqueologia da NOVA FCSH, na zona da Trafaria, Almada, incluindo limpeza, descrição, e registo fotográfico e gráfico.

6 | Pormenor do registo gráfico preliminar em campo, para anotação das unidades constituintes e referências métricas.

com ‘as tecnologias mais recentes’, mas sim por indivíduos, associados, que promovem o levantamento de áreas e temas que os apaixonam, muitas vezes com pouco mais do que papel, lápis e uma máquina fotográfica. Assim, ao propormos esta abordagem colaborativa ao inventário do património industrial português, queremos deixar aqui sugestões de abordagens, ferramentas e recursos úteis a quem queira participar no processo.

Um bom trabalho de documentação requer planeamento cuidadoso, atenção aos detalhes e adesão a certos requisitos pré-estabelecidos, para garantir a sua eficácia e valor. Estes incluem a definição prévia dos objectivos e limites do trabalho de documentação a realizar, essenciais para a clareza na comunicação entre a equipa, para assegurar um trabalho que vai ao encontro do propósito identificado, ou para otimizar os recursos disponíveis. Por exemplo, um trabalho de documentação que tenha como objectivo identificar e salientar a existência de determinado activo patrimonial, terá requisitos diferentes de um trabalho de documentação feito com o objectivo de registar um sítio previamente a demolição ou remodelação. Do mesmo modo, os limites da área a documentar podem ser circunscritos por limitações na capacidade técnica da equipa ou no tempo disponível para a documentação, por exemplo abrangendo património material e imaterial associado (nomeadamente com entrevistas ou inclusão de estruturas auxiliares).

A documentação beneficia também do seguimento de procedimentos padronizados, como as normas de inventário pré-definidas por instituições nacionais diversas, como a colecção “Normas de Inventário”³ para o património móvel, ou a colecção digital “Kits – Património”⁴ da DGPC – Direcção Geral do Património Cultural, com um volume específico para o património industrial, ou ainda os promovidos por associações como a APAI⁵, com base em quatro décadas de projectos de levantamento e documentação.

A nível internacional, é de destacar também os documentos normativos criados no Reino Unido pela actual Historic England, com diversas publicações orientadoras no âmbito de identificação, conservação e valorização do património⁶, os do ICOMOS (ver “*Principles for the recording of monuments, groups of buildings and sites*” (ICOMOS, 1996) e “*Guide To Recording Historic Buildings*” (ICOMOS, 1990)), ou ainda as recomendações em documentos chave para o património cultural e industrial, como a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003). Outro documento de referência, recentemente reeditado pela Routledge em 2015, foi promovido pelo Getty Conservation Institute (Letellier, 2007), actualmente uma das instituições mais fortes no campo do inventário do património cultural, com alcance internacional.

Não são de descurar também os vários projectos de inventário realizados em Portugal por instituições académicas, nomeadamente

através de teses e projectos de alunos, pelas equipas dos órgãos de gestão municipal, por associações locais ou por outras entidades focadas na investigação e salvaguarda patrimonial. Estes são contributos fundamentais para a salvaguarda do património cultural e industrial nacional, e beneficiaríamos de centralizar esta informação dispersa numa base de dados acessível e normalizada.

Se, actualmente, podemos claramente encontrar diversos modelos de ‘fichas de inventário’, vemos que, no geral, os itens a documentar não variam, incluindo sempre a identificação pelo nome mais comum, com informação histórica e detalhes construtivos, pessoas e bens associados, estado de conservação, com detalhes que podem variar consoante o tipo de património inventariado (seja uma fábrica, arquitectura civil, objectos ou mesmo paisagens). O registo gráfico, fotográfico e vídeo devem sempre acompanhar a ficha de inventário, que pode ser expandido com entrevistas e paisagens sonoras em áudio, modelos digitais tridimensionais ou até a recolha de elementos móveis em risco (Medeiros, 2020).

O nível de documentação influenciará também a escolha de equipamento e ferramentas a usar. Actualmente os *smartphones* possuem a maior parte das ferramentas que podemos precisar, desde o registo à medição, muitos fazendo já modelos fotogramétricos em alta resolução dos espaços e elementos construtivos,



7, 7a | *Trabalhos de inventário de património móvel na VIARCO – Fábrica de Lápis, em São João da Madeira.*

8 | *Trabalho de entrevista com antigos alunos e funcionários da Escola Camões, no Entroncamento, realizada em torno de mapas e fotos antigas, de modo a reconstituir histórias de vida e padrões de ocupação do espaço.*

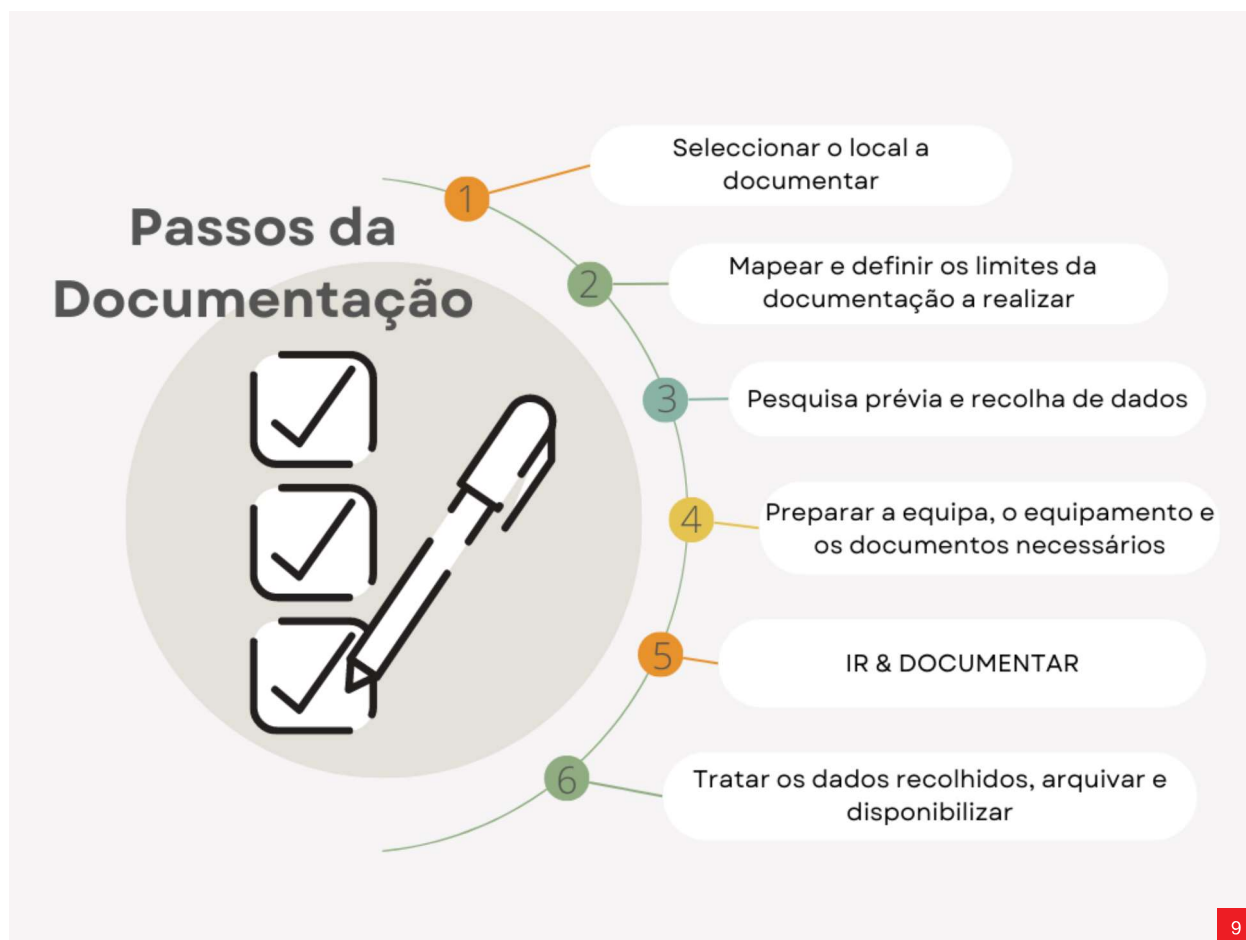


Mas, reduzido ao mínimo, tudo o que se necessita é ter onde tirar notas, um meio de tirar fotos, uma metodologia informada e um espírito curioso com atenção ao detalhe.

O trabalho de documentação beneficia enormemente da colaboração. Seja do olhar multidisciplinar de um colega de outra área, seja apenas o companheiro que olha para pormenores que nos passariam despercebidos, passando pelas pessoas locais que sabem histórias e dados sobre os sítios. A qualidade da documentação é assim ampliada pela integração de várias disciplinas (arqueólogos, historiadores, arquitectos, fotógrafos, engenheiros, etc.) e a interacção com as comunidades locais e partes interessadas, que têm uma ligação directa ao sítio a ser documentado, fornecendo perspectivas e informações diversas. Quer seja no processo de preparação do trabalho de documentação, seja durante o mesmo e na fase de análise e interpretação dos dados recolhidos, esta investigação colaborativa é fundamental para a qualidade do trabalho efectuado. Saliente-se que o respeito pelas comunidades locais, assegurando o cumprimento de normas éticas, deve estar sempre presente.



A documentação não está terminada sem que nos asseguremos que esses dados recolhidos ficam salvaguardados, são disponibilizados à sociedade, e contribuem para questões actuais em torno do património. Uma categorização e indexação adequadas tornam mais fácil





Link de acesso à área do Grupo de Trabalho em Inventário do Património Industrial, onde pode descarregar documentos e partilhar os resultados da sua documentação.

9 | *Passos básicos do processo de documentação.*

10 | *“Checklist da Documentação” – elementos essenciais a ter em conta no processo de documentação.*

o acesso e a recuperação dos dados quando necessário, bem como a sua colocação em bases de dados abertas e locais de acesso público, sejam repositórios, plataformas *online* ou bibliotecas (figs. 7 e 7a).

Salienta-se ainda a importância de pensar a documentação como um processo contínuo, dado que o património está em permanente evolução. Actualizações regulares garantem que a informação se mantenha actual e relevante, e que o sítio seja acompanhado ao longo do tempo (permitindo intervenções atempadas ou reacção rápida a eventos destruidores).

Há ainda que apontar um grande obstáculo à documentação pormenorizada dos elementos patrimoniais, que é a questão do acesso físico. Por vezes localizados dentro de propriedades privadas, ou em locais perigosos ou deteriorados (como encostas, rios, cobertos de vegetação, etc.), alguns locais exigem colaborações com os proprietários e com órgãos de gestão local para se poder ter acesso aos sítios. No entanto, pelas ruas das nossas cidades, e mesmo nas nossas casas, há muitos patrimónios a precisar de registo, identificação e valorização através do processo de documentação.

Deixamos por isso aqui o desafio à participação (fig. 8). No *website* da APAI pode encontrar fichas de apoio bem como um formulário *online* onde pode partilhar os dados da sua recolha: <https://apaiassociacao.wixsite.com/apai/inventario> (figs. 9 e 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Convenção de Faro (CoE 2005), relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, estabeleceu que um dos meios de promover o uso sustentável do património cultural é o respeito pela sua integridade, “assegurando que as decisões sobre a mudança incluem um entendimento dos valores culturais envolvidos” (CoE 2005, Art.º 9.a). O trabalho de documentação é essencial para tornar muitos desses valores visíveis, evitando que se percam pelo esquecimento ou falta de acesso intelectual e

físico aos sítios. Ademais, é um exemplo das possibilidades de participação de toda a sociedade no “processo de identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e valorização do património cultural”, dando voz às comunidades patrimoniais associadas e incentivando a sua participação na reflexão e debate públicos (CoE 2005, Art.º12).

No geral, a documentação do património é uma ferramenta fundamental para preservar o passado, salvaguardar a diversidade cultural, promover a compreensão intercultural e orientar o desenvolvimento sustentável para o futuro. Ajuda-nos a reconhecer a importância da nossa história humana colectiva e estabelece a base para uma sociedade mais inclusiva, participativa e culturalmente consciente. Ao empoderar as comunidades através da documentação colaborativa, podemos promover um sentimento de propriedade, orgulho e responsabilidade pelo seu património industrial, assegurando que os esforços de preservação sejam sustentáveis e que o conhecimento e apreço pelo património sejam transmitidos às gerações futuras. Este é um processo também de desenvolvimento de capacidades da comunidade em técnicas de documentação e preservação. Feito de forma contínua e com o apoio de todos os parceiros envolvidos na salvaguarda do património, à medida que a comunidade adquire mais competências e experiência, tornar-se-á mais autónoma na salvaguarda do seu património industrial e mais participativa na tomada de decisões sobre os novos usos do mesmo. ■

BIBLIOGRAFIA

Atalay, S. (2012). *Community-Based Archaeology Research with, by and for Indigenous and Local Communities*. University of California Press.

Council of Europe. (2005). *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society*. Council of Europe.

Garcia-Fernandez, J.; Medeiros, L. (2019). Integrating Digital Documentation and Community Engagement: “Unveiling the Hidden Hamina” International Summer Scholl. *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, IV-2/W6, pp 61-68. <https://doi.org/10.5194/isprs-annals-IV-2-W6-61-2019>.

Letellier, R. (2007). *Recording, documentation and information management for the conservation of heritage places*. The Getty Conservation Institute.

ICOMOS (1990). *Guide to Recordin Historic Buildings*. ICOMOS.

Macedo, S. (2018). *Associações de Defesa do Património em Portugal: 1974-1997*. Caleidoscópio.

Medeiros, L. (2019). Trabalhos Arqueológicos na Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval (Salvatera de Magos): Tecnologia, Património e Comunidade. *Al-Madani online*, 33 (3), p. 9-19.

Medeiros, L. (2020). La fabrica reutilizada: La contribución de la arqueología de la arquitectura al conocimiento y puesta en valor del patrimonio industrial. *ERPH: Revista Eletronica de Patrimonio Historico*, 27, p. 28-51. <https://doi.org/10.30827/e-rph.v0i27.17900>.

Medeiros, L.; Garcia-Fernandez, J. (2020). Making sites and objects talk: experiences in academic research, new technologies and community engagement. *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, 44, p. 263-270. <https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLIV-M-1-2020-263-2020>.

The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH). (2003). *The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage*. TICCIH.

Tilden, F. (1957). *Interpreting Our Heritage*. University of North Carolina Press.

NOTAS

1. Relatório dos trabalhos disponível online em: <https://apaiassociacao.wixsite.com/apai/arqueologiaescolacmoes> (acedido a 27.7.2023).
2. Mais informação em online em: <https://apaiassociacao.wixsite.com/apai/proyectos> (acedido a 27.7.2023).
3. Um conjunto de publicações para a normalização do inventário do património cultural móvel, emitidos pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) ou o Instituto Português dos Museus (IPM), actuais DGPC, dos quais destacamos as ‘Normas Gerais’ de ‘Ciência e Técnica’ e as normas para ‘Etnologia’, disponíveis para consulta online em <http://matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/NormasInventario.aspx> (acedido a 26.7.2023).
4. Contendo cinco volumes que promovem a participação colaborativa no inventário do património, salientando-se o ‘Kit 01– Património Arquitectónico – Geral’ e o ‘Kit 03 – Património Industrial’, disponíveis online em <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/como-inventariar/> (acedido a 26.7.2023).
5. Desde os anos de 1980 que a APAI tem dinamizado diversos inventários de património móvel e edificado, por todo o país, mas principalmente na área Metropolitana de Lisboa e Centro, tendo criado novas ferramentas no âmbito do seu Grupo de Trabalho em Inventário do Património Industrial. Saiba mais em <https://apaiassociacao.wixsite.com/apai/inventario> (acedido a 26.7.2023).
6. Desta coleção vasta destacamos o volume “Understanding Historic Buildings: A Guide to Good Recording Practice”, disponível online em <https://historicengland.org.uk/advice/find/a-z-publications/> (acedido a 26.7.2023).